PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE
ESTADO DE MINAS GERAIS
“Em Busca Do Tempo Perdido”

LEI Nº 1.610/2004, DE 08 DE JULHO DE 2004

Autoriza a concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa–MG e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Nanuque, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar contrato com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa–MG, órgão da Administração Indireta do Estado de Minas Gerais, concedendo o direito de implantar, ampliar, administrar, explorar, diretamente, com exclusividade, os serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário da Sede do Município e Vila Gabriel Passos, pelo prazo de 30 (trinta) anos, prorrogáveis por acordo e mediante ratificação do ato pela Câmara Municipal, nos termos previstos no artigo 60, XV, da lei orgânica do Município.

Parágrafo Único – A Prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário referida neste artigo é concedida à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA - MG, com dispensa de licitação, com fulcro no art.24, inciso VIII, da Lei Federal nº 8.666/93.

Artigo 2º - Sendo as tarifas calculadas em função do custo do serviço e para não onerá-las de forma acentuada, possibilitando o estabelecimento de uma tarifação de cunho social e atendendo ao objetivo do Governo em universalizar o acesso ao saneamento básico e a água tratada, fica a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA - MG isenta de todos os tributos, taxas, contribuições, emolumentos e quaisquer outros encargos fiscais municipais durante o prazo de concessão, bem como de pagar, seja a que título for, qualquer importância pela utilização das vias públicas, áreas e espaços do solo do Município, para implantar unidades e redes dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

“Em Busca Do Tempo Perdido”

Parágrafo Único – Fica a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG, também, isenta do pagamento de royalties ou de qualquer outro encargo pelo uso de mananciais sob a jurisdição do Município.

Artigo 3º - O proprietário fica obrigado a ligar o seu imóvel à rede pública de esgotamento sanitário, **nos termos do Decreto Estadual que regulamenta os serviços no âmbito da COPASA MG - Companhia de Saneamento de Minas Gerais.**

Parágrafo Único - Persistindo a irregularidade por prazo superior a 03 (três) meses, o proprietário ficará sujeito às sanções a serem aplicadas pelo Município e terá seu imóvel embargado e declarado inadequado para uso e habitação até a efetiva ligação à rede pública de esgotamento sanitário.

Artigo 4º - A tarifa de esgoto a ser cobrada da população usuária dos serviços de esgotamento sanitário da Sede Municipal, a partir do início de sua operação pela Copasa, terá um desconto de 50% da tarifa de esgotamento até a conclusão das obras da Estação de Tratamento de Esgoto, quando a tarifa passará a ser aquela estabelecida no Decreto Estadual **que regulamenta os serviços no âmbito da COPASA MG - Companhia de Saneamento de Minas Gerais.** O Município arcará, até 31/12/2004, com a quitação integral das contas faturadas a título de subsídio a ser concedido aos munícipes usuários. Para cobrir o mencionado subsídio, durante o período retrocitado, a COPASA MG descontará a importância limitada a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), equivalente ao faturamento total dos serviços de esgotamento sanitário da sede municipal. Este valor será retido e descontado do montante devido ao Município, referenciado no Artigo 10º.

Artigo 5º - Incumbe ao Município de Nanuque-MG:

- I. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais que lhe competirem;
- II. Intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;
- III. Extinguir a concessão, nos casos previstos nesta Lei e na forma prevista no contrato;
- IV. Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;
- V. Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências;
- VI. Declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública, promovendo as desapropriações, através de Decreto Municipal, diretamente ou mediante outorga de poderes à Companhia de

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

“Em Busca Do Tempo Perdido”

- Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;
- VII. Declarar de necessidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, os bens necessários à execução de serviço ou obra pública, promovendo-a diretamente ou mediante outorga de poderes à Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa-MG, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações totais cabíveis;
- VIII. Estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio ambiente e conservação;
- IX. Estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos ao serviço.

Artigo 6º - Incumbe à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG:

- I. Operar, manter e conservar os sistemas públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, garantindo à população suprimento adequado, continuidade e permanência do serviço;
- II. Cientificar o Chefe do Executivo Municipal dos planos de prioridade que serão elaborados para execução de todas as obras e serviços dos sistemas;
- III. Manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão;
- IV. Fornecer informações ao Município sobre qualquer obra ou atividade desenvolvida no seu território, bem como sobre a qualidade e confiabilidade dos serviços;
- V. Atender o crescimento vegetativo dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, promovendo as ampliações que se fizerem necessárias para evitar déficits ou racionamento na prestação dos serviços;
- VI. Ampliar o atendimento de água para 100% no Distrito de Vila Pereira;
- VII. Iniciar as obras para implantação do sistema completo de captação, tratamento e distribuição de água no Povoado de Vila Gabriel Passos, avaliado, em aproximadamente, R\$ 970.000,00 (novecentos e setenta mil reais) no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir da data de assinatura do contrato de concessão, aprovado por esta Lei;**
- VIII. Iniciar as obras para implantação do sistema de esgotamento sanitário no Povoado de Vila Gabriel Passos, após a elaboração de projeto e equacionamento dos recursos financeiros para os investimentos;**
- IX. Ampliar os serviços de fornecimento de água para 100% na Sede do Município até dezembro de 2006;
- X. Ampliar a coleta e interceptação de esgoto para 95% da população urbana da Sede do Município até dezembro de 2006;
- XI. Tratar todo o esgoto coletado na Sede do Município até dezembro de 2006. Quanto ao Povoado de Gabriel Passos, o tratamento do esgoto**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

“Em Busca Do Tempo Perdido”

coletado fica condicionado ao equacionamento de recursos financeiros e aprovação dos projetos respectivos pelos órgãos ambientais responsáveis;

- XII. Permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço, bem como seus registros contábeis;
- XIII. Promover as desapropriações e constituir servidões, conforme previsto neste contrato e na legislação específica aplicável;
- XIV. Zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço;
- XV. Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço;
- XVI. Executar as obras dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, em conformidade com os projetos aprovados pelos órgãos ambientais responsáveis e com valor total estimado em R\$ 19.700.000,00 (dezenove milhões e setecentos mil reais);
- XVII. O Chefe do Executivo Municipal poderá celebrar termo aditivo ao presente contrato para conceder à COPASA MG o direito de explorar os serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos nas localidades alcançadas pela presente concessão.
- XVIII. Utilização obrigatória nos serviços prestados no Município de Nanuque/MG de recipiente ou equipamento a base de PVC ou similares, aprovados por determinação dos Órgãos Ambientais, excluindo **gradativamente, na medida em que se derem as intervenções/manutenções**, o uso de materiais a base de amianto;
- XIX. Construção da Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário, sem ônus para o Município de Nanuque/MG;

Artigo 7º - Ao aceitar a concessão dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG, se responsabiliza pela execução dos estudos, projetos e obras, direta ou indiretamente, objetivando equacionar e solucionar, de forma satisfatória, no mais curto prazo possível, os problemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Artigo 8º - A Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG, assumirá a operação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede Municipal 30 (trinta) dias após a assinatura do presente contrato, dando continuidade à prestação de serviços de abastecimento de água da Sede do Município e de Vila Pereira, onde a mesma já detém a concessão.

Artigo 9º - A execução dos serviços de recomposição de pavimentação asfáltica, poliédrica ou qualquer outra empregada nos logradouros públicos, que tenham sido danificadas em virtude da construção, operação,

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

“Em Busca Do Tempo Perdido”

manutenção e reparos dos serviços é de responsabilidade da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG, correndo o ônus por sua conta. A Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG, poderá, contudo, firmar convênios com a Administração Municipal, para o fim de se processar de forma adequada esta recomposição.

Artigo 10 - Todos os bens e instalações vinculados aos Serviços Públicos de Esgotamento Sanitário, atualmente afetados pela prestação dos serviços, serão transferidos para o patrimônio da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG, mediante indenização ao Município, cujo valor avaliado pelas partes corresponde a R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais).

Artigo 11 - O valor da indenização referido no artigo anterior será repassado ao Município em parcelas iguais, dentro do ano em curso, **sendo que o vencimento da primeira parcela ocorrerá trinta dias após a data de assinatura do presente contrato.**

Artigo 12 - Findo o prazo da concessão, os bens transferidos para o patrimônio da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG, bem como aqueles decorrentes de investimentos desta, reverterão ao patrimônio do Município, mediante indenização, após as devidas reavaliações e desvalorizações legais. A Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG, poderá reter a concessão até o integral pagamento das indenizações a que se refere este artigo.

Artigo 13 - O Município de Nanuque/MG, colocará à disposição da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG, por um prazo de até 6 (seis) meses, a contar da data de início de operação dos sistemas de esgotamento sanitários ora concedidos, o pessoal que neles trabalha, comprometendo-se a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG, a reembolsar ao Município de Nanuque o valor total da folha de pagamento do pessoal, inclusive encargos sociais. A relação de emprego durante este período, entretanto, permanece a mesma, isto é, entre o Município de Nanuque/MG e empregados.

Artigo 14 - Durante o prazo referido nesta Lei, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG, promoverá, mediante seleção, o aproveitamento do pessoal que estiver em exercício nos sistemas de esgotamento sanitário em questão, admitindo em seu quadro de empregados, em regime de CLT e em conformidade com suas normas de gestão de pessoal, aqueles necessários à prestação dos serviços.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

“Em Busca Do Tempo Perdido”

Artigo 15 - Caberá ao Município de Nanuque-MG redistribuir, por órgãos e entidades do Município, o pessoal vinculado aos serviços que não for aproveitado pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG.

Artigo 16 - Chegando a seu término a concessão, o pessoal em exercício nos Sistemas de Água e Esgotamento Sanitário, cujo aproveitamento não convier ao Município, continuará sob a responsabilidade da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG, sem quaisquer ônus para o Município.

Artigo 17 - Obedecido o que dispõe a legislação federal e/ou a legislação estadual em vigor, o Município autoriza a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG, a promover os estudos necessários para a fixação e para a revisão periódica das tarifas remuneratórias dos serviços efetivamente prestados aos usuários, proibida a concessão de isenção tarifária, obedecendo a tarifa social.

Artigo 18 - As tarifas serão estipuladas de forma isonômica para os usuários dos serviços e deverão obedecer ao princípio de justiça social e possibilitar a justa remuneração dos investimentos, o melhoramento, conservação e expansão dos serviços e assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da concessão.

Parágrafo Único – Os serviços de fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto não serão prestados gratuitamente, nem mesmo a repartições públicas federais, estaduais ou municipais, para se evitar sobrecarga nas contas dos demais usuários, ressalvando-se a redução de valores no caso de criação de Tarifa Social por parte dos Governos Federal ou Estadual, ficando acertado que as entidades filantrópicas ou beneficentes, hospitais, unidades de saúde, creches e escolas municipais terão tarifas reduzidas de acordo com as normas aplicáveis, **previstas no Decreto Estadual que regulamenta os serviços concedidos no âmbito da COPASA MG.**

Artigo 19 - A fixação ou revisão das tarifas, que se processará a partir de estudos elaborados pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG, se submeterá, na forma da legislação aplicável, à aprovação dos órgãos estaduais competentes, ficando a cargo da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG, a arrecadação da receita e a obrigação de responder pelos encargos dos serviços.

Artigo 20 - O Município, para aprovação de novos loteamentos, se compromete a exigir, como condição prévia para o parcelamento e/ou urbanização da área loteada, a prévia implantação de projetos completos de

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

“Em Busca Do Tempo Perdido”

abastecimento de água e esgotamento sanitários. Tais projetos deverão ser submetidos ao prévio exame e aprovação da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG, e, uma vez implantados, serão incorporados pelos Sistemas Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, instituídos na forma da presente concessão e sem quaisquer ônus para a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG.

Parágrafo Único – O conceito de crescimento vegetativo deverá ser aplicado aos conjuntos habitacionais de interesse social, definidos como tal pela Prefeitura, com o objetivo de reduzir o custo da habitação para a população de baixa renda.

Artigo 21 - A aprovação de projetos de abastecimento de água e de esgotos sanitários pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG, não exonera de responsabilidade o incorporador do loteamento e/ou seu projetista e nem implica em responsabilidade para a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG.

Artigo 22 - Compete à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG, promover, na forma da legislação em vigor, desapropriações por necessidade ou utilidade pública e estabelecer servidões de bens ou direitos necessários às obras de construção e expansão dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, correndo os ônus destas desapropriações por sua conta.

Parágrafo Único - O Poder Executivo Municipal, mediante solicitações da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG, tomará a iniciativa de declarar, por meio de decreto, a necessidade ou utilidade pública das áreas necessárias às obras de implantação e expansão dos serviços concedidos.

Artigo 23 - Observadas as posturas Municipais, a Copasa-MG, poderá executar obras e instalações nas vias e logradouros públicos, relacionadas com os serviços concedidos, obrigando-se, no entanto, a comunicar previamente à Prefeitura sobre as referidas obras e serviços, seja de obra direta ou delegada a terceiros, respondendo diretamente pela infringência aos Códigos de Obras e de Posturas Municipais.

Artigo 24 - Quando convier ao Município alterar os alinhamentos, perfis e nivelamentos de quaisquer logradouros públicos, em decorrência dos quais sejam necessárias alterações nas redes públicas de água e esgoto, o Município fornecerá adiantadamente à CONCESSIONÁRIA, e, conforme os orçamentos das obras, os recursos necessários às adequações requeridas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

“Em Busca Do Tempo Perdido”

Artigo 25 - Os serviços concedidos por esta Lei serão prestados aos usuários de acordo com as normas e condições instituídas no Regulamento de Serviços da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG, aprovado por Decreto Estadual.

Artigo 26 - O Contrato poderá ser rescindido, em qualquer tempo, resguardados os efeitos patrimoniais a serem previamente acertados entre as partes, nos seguintes casos:

- I. Mútuo acordo entre Município e Copasa-MG;
- II. Liquidação da CONCESSIONÁRIA;

Artigo 27 - A concessão instituída por esta Lei, respeitados prioritariamente todos os seus dispositivos, estará sempre subordinada ao Programa Estadual de Saneamento Básico.

Artigo 28 - Findo o prazo de concessão, os bens e instalações pertinentes à prestação dos serviços ora concedidos reverterão ao patrimônio do Município, mediante indenização à Copasa-MG, após serem devidamente avaliados e depreciados, deduzindo-se da avaliação as amortizações de investimentos já pagos no período, os valores das ações da Copasa-MG, em poder do Município de Nanuque, bem como todos os investimentos realizados com recursos a Fundo Perdido pela Copasa, pelo Município ou por Terceiros, desde o início da Concessão, assegurando-se à Copasa-MG, a retenção da concessão enquanto estiver pendente a indenização.

Artigo 29 - O débito da Prefeitura Municipal de Nanuque para com a Copasa-MG, apurado no mês da assinatura do contrato de concessão, será parcelado pelo número de meses em que se prevê a duração da referida concessão.

Artigo 30 - A presente Lei se subordina às regras da Legislação aplicável à espécie, especialmente, as contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Artigo 31 - Para dirimir quaisquer questões, relativas à concessão desta Lei, será eleito obrigatoriamente o foro da Comarca de Belo Horizonte-MG.

Artigo 32 - Revogam-se as disposições em contrário, entrando a presente Lei em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, aos oito dias do mês de julho de 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE
ESTADO DE MINAS GERAIS
“Em Busca Do Tempo Perdido”

ARMANDO RODRIGUES GOMES
Prefeito Municipal

ANTÔNIO PEREIRA LOUZI
Secretario Municipal